

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

Ao décimo sétimo dia do mês de Novembro de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas, em formato *online* através de videoconferência, com acesso pelo *link*: meet.google.com/vwx-uuph-qma, deu-se início a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas – CERMA/PR. Fizeram-se presentes, conforme convocação os (as) seguintes **Conselheiros (as) Governamentais:** **Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF):** Titular — Ana Felícia Bodstein; Helen Caron (DAS/SEJUF); Denis Denilton (SUDIS); **Secretaria de Estado da Comunicação e Cultura (SECC):** Titular — Danilo Peres Buss; **Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI):** Titular – Lenir Aparecida Mainardes da Silva; **Secretaria de Estado da Saúde (SESA):** Suplente — Rosane Souza Freitas; **Secretaria de Estado de Segurança Pública** Titular — Cláudio Marques Rolin e Silva; **Secretária da Educação e do Esporte:** Titular — Cineiva Campoli Paulino Tolo e Suplente — Lucélio Helder Cherubim. **Conselheiros da Sociedade Civil:** **Pastoral Carcerária Curitiba:** Titular — Lucas Henrique Pereira Duarte; **Cáritas Brasileira Regional do Paraná:** Titular — Marcia Terezinha Ponce; **Associação dos Estrangeiros Residentes em Maringá e Região Metropolitana — AERM:** Titular — Marina Monteiro; **Serviço Pastoral dos Migrantes, Arquidiocese Curitiba** Titular — Adriana Maria Matias; **Cáritas Diocesana de Ponta Grossa** Titular — Suplente — Gislaíne da Rosa; **Ação Social Irmandade Sem Fronteiras:** Titular — Rockmillys Basante Palomo. **Demais participantes da reunião:** Vanessa Cristine Ribeiro Frederich (SESA); Matheus Mafra (NUCIDH); Eugênio Guimarães (OIM); Eduardo Sucre (OIM); Isabella Traub (Cáritas Brasileira Regional Paraná); Ericeli (Diocese de Palmas); Juliana Tubini; Andréia Corat (SEJUF/DEDIF); Aieda Muhieddine (OAB); Roselene Sonda (MPPR). **Justificativas de Ausência:** Laise Milena Barbosa justificou sua ausência. **1. Abertura:** Inicialmente, Danilo saudou à todos e todas, agradeceu suas presenças e lembrou que essa reunião teria suas pautas ampliadas por conta da não realização da reunião ordinária de outubro, mas que, basicamente, foi aberta a possibilidade de mais temas serem abordados, além da mudança de data, que facilitou que as discussões do mês de outubro e novembro ficassem mais agrupadas. Por fim, após a explicitação da junção da reunião ordinária de outubro e de novembro, Danilo deu início a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná — CERMA/PR. **2. Apreciação**

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

e Aprovação da Pauta: Danilo realizou a leitura da pauta para apreciação de todos (as). Ana Felícia informou que Eugênio Guimarães apresentaria a pauta “6. Acolhida Paraná — OIM” e ele solicitou que fosse em torno das 16 horas. Em seguida, Danilo colocou em aprovação a pauta e a inversão da pauta de nº 6 — sem ressalvas, foi aprovada por unanimidade. **3. Aprovação das Atas de Agosto e Setembro de 2022:** Danilo lembrou que a ata de Agosto havia ficado pendente e questionou se todos (as) estavam recebendo as atas nos dias corretos, pois houve relatos de pessoas que não estavam recebendo os *e-mails*. Lenir respondeu que não estava recebendo e acompanhou o cronograma através do grupo de *Whatsapp* “CERMA Comissão” e não recebeu nenhuma ata. Ana indicou que adicionaria a Lenir no grupo dos (as) conselheiros (as) do CERMA, pois lá que estavam sendo enviados os documentos. Lucas informou que solicitou por *e-mail* a inclusão da presença da Pastoral Carcerária na ata de Setembro. Por fim, após indicada as alterações necessárias, Danilo colocou as duas atas, de Agosto e de Setembro, em votação — sem ressalvas, ambas foram aprovadas por unanimidade. **4. Enfrentamento da hanseníase no Paraná — SESA:** Primeiramente, Vanessa informou que é Médica da Vigilância Epidemiológica da Secretaria Estadual de Saúde e que apresentaria sobre a hanseníase por solicitação da Lucimar. Rosane informou que a solicitação desse ponto de pauta tem acontecido em outros Conselhos de Direitos porque o Paraná tem um Plano Estratégico de Enfrentamento à Hanseníase, pois é compreendido que algumas populações específicas estavam mais expostas e suscetíveis à doença e por isso, a apresentação foi pautada em diversos conselhos — como o CIAMPRua e o CPICT — para alertar e conscientizar quem trabalha com populações mais vulneráveis. Dando continuidade a apresentação, Vanessa indicou que a hanseníase acaba fazendo parte de um conjunto de doenças negligenciadas, assim como a dengue, a leishmaniose, a esquistossomose, doença de chagas e a tuberculose. No cenário mundial da Hanseníase, *o Brasil está em primeiro lugar no mundo em incidência da hanseníase e em segundo lugar em número absoluto de casos, atrás apenas da Índia (que tem 1.339 bilhão de habitantes)*. Vanessa informou que a Hanseníase — antigamente conhecida como Lepra — é uma infecção bacteriana transmitida por via aérea, mas dependendo de contato íntimo e prolongado pelas pessoas, sendo uma doença que vai acometer principalmente os nervos e a pele, causando alterações a longo prazo, deformidades, sequelas, incapacidades de trabalho,

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

mãos caídas, pés caídos, perda de sensibilidade, dificuldade para fechar os olhos, manchas e nódulos na pele. O período de incubação da Hanseníase é lento, de 2 a 10 anos, ou seja, muitas vezes a pessoa entra em contato ou mora com uma pessoa que tem hanseníase e só vai manifestar os sintomas anos depois, sendo este, um dos fatores que dificulta a identificação do surgimento dessa doença. A Hanseníase tem cura e tratamento fornecido pelo SUS, assim como diagnóstico e outras orientações, podendo variar de 6 meses, 12 meses ou até mais tempo dependendo da forma clínica e da gravidade do tempo de doença. Essa condição clínica tem semelhanças com a Tuberculose por necessitar de doses supervisionadas mensalmente, justamente por ser um tratamento muito longo para permitir a adesão dos pacientes neste tratamento até o final. O Contexto Epidemiológico Nacional registrou uma queda de novos casos de hanseníase, em contrapartida, houve um aumento de casos multibacilares e com incapacidade física ao diagnóstico. No Paraná, o número de casos vêm diminuindo ao longo dos anos, mas porque não estavam sendo diagnosticados e notificados, onde os casos já diagnosticados são avançados com grau 2 de incapacidades, sequelas neurológicas e incapacidades para o trabalho significativas. O perfil de pacientes acometidos em sua maioria são do sexo masculino entre 20 e 59 anos, no Estado do Paraná não foi perceptível uma maior prevalência na população negra, mas o que chama bastante atenção é a prevalência em pessoas com baixa escolaridade, menores condições socioeconômicas e piores condições de trabalho. Portanto, faz-se necessário expor essa pauta justamente porque o risco de adoecimento está relacionado com condições de vida, nutrição, acesso aos cuidados de saúde, educação e etc. As ações para enfrentamento da Hanseníase apresentadas pela Vanessa foram: Promoção à Saúde; Busca ativa; Tratamento Oportuno; Prevenção de incapacidades; Reabilitação e Manejo das Reações Hansênicas; Investigação dos Contatos; Formação de Grupos de Autocuidado; Enfrentamento do Estigma. Portanto, para aumentar a detecção de novos casos, é importante que ocorra a notificação, assim como outras doenças de notificação compulsória. Vanessa trouxe também alguns dados com relação ao tratamento, que pode levar de 1 ano até 2 anos, tendo como meta que 90% dos casos diagnosticados terminassem o tratamento, mas há uma taxa de abandono considerável — 65% atingiram a cura ao final do tratamento. Foram apresentados os casos em menores de 15 anos —

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

em 2022 já foram 04 casos — e ressaltada a falha de reconhecer precocemente, pois para que para serem infectadas é necessário o convívio com um idoso/adulto em casa. Com relação à incapacidade física, a meta seria de <10% dos casos diagnosticados tivessem incapacidades em graus avançados, porém, há cerca de 12% a 14% de casos diagnosticados já com incapacidades em graus avançados — deformidades nas mãos, deformidades nos pés, perda de visão e etc. A meta de proporção de contatos examinados fosse acima de 90%, mas cerca de 80% foram feitos. Em conclusão, Vanessa destacou que a idéia seria jogar ‘luz’ nessa doença que muitas vezes não é reconhecida nem pelos profissionais da saúde, quem dirá por profissionais de outras secretarias e serviços públicos, lembrando que há toda a rede de atenção à saúde para apoiar, fornecer diagnósticos, tratamento e fazer a reabilitação a partir da atenção primária — que é sempre a porta de entrada —, que é aberta a toda população, inclusive a estrangeira, migrantes, refugiados e apátridas. Como mensagem final, Vanessa reiterou que um dos pontos importantes é o combate ao estigma, fornecendo um acolhimento livre de discriminação, sendo necessário tirar a imagem de uma doença infectocontagiosa em que você não pode tocar, cumprimentar o paciente e lembrar que a transmissão se dá pelo convívio prolongado, além de que a transmissão se encerra assim que o tratamento é iniciado. Portanto, a Educação em Saúde é fundamental tanto para os profissionais da saúde, quanto para a população em geral, para reconhecimento e buscar o tratamento devido até o final. **5. Calendário 2023:** Ana compartilhou sua tela para todos (as) visualizarem o Calendário proposto para o ano de 2023, as datas expostas foram: 16 de Fevereiro — Reunião Ordinária; 30 de Março — Reunião Ordinária; 27 de Abril — Reunião Ordinária; 25 de Maio — Reunião Ampliada e Descentralizada; 29 de Junho — Reunião Ordinária; 27 de Julho — Reunião Ordinária; 31 de Agosto — Reunião Ordinária; 28 de Setembro — Reunião Ampliada e Descentralizada; 26 de Outubro — Reunião Ordinária; 30 de Novembro — Reunião Ordinária; 14 de Dezembro — Reunião Ordinária. Ana Felícia justificou que, de acordo com o regimento interno, a primeira reunião deveria acontecer no dia 23 de Fevereiro, mas caiu na semana do Carnaval, por isso, a sugestão que seja realizada no dia 16 de Fevereiro. Janeiro não será realizada reunião porque o orçamento ainda não estará aberto e não seria possível custear a vinda dos (as) conselheiros (as). Em Dezembro, a reunião foi adiada para o dia 14 porque no dia 28

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

muito provavelmente todas as secretarias estarão de recesso. Em relação às reuniões descentralizadas, Ana indicou que a primeira foi proposta em Maio para garantir orçamento e organização das viagens, pagamento das passagens e demais cuidados necessários. Danilo destacou que as idéias das reuniões descentralizadas deveriam ser amadurecidas a partir das demandas que o CERMA recebe quanto locais, temas, assuntos e personagens que seriam os principais beneficiados na ocorrência dessas reuniões descentralizadas. Além disso, Danilo concordou com a realização da primeira reunião ampliada e descentralizada em maio para garantir o custeio, além de que, haverá uma reestruturação de grande parte das secretarias estaduais, podendo afetar as atividades dos (as) conselheiros (as). Lenir destacou que a Universidade Estadual de Ponta Grossa estaria disponível para sediar reuniões descentralizadas do CERMA, sendo um ponto estratégico e também sugeriu que pudesse ser tratado sobre o acesso à Educação Superior e a regulamentação da documentação de Ensino Médio dos migrantes e refugiados. Ana salientou que, embora sejam previstas apenas duas reuniões ampliadas e descentralizadas, em casos excepcionais e necessários podem ser realizadas mais reuniões ampliadas e descentralizadas. Gislaine também sugeriu que as reuniões descentralizadas pudessem acontecer no Comitê de Ponta Grossa. Por fim, Danilo colocou em aprovação o Calendário apresentado pela Ana — sem ressalvas, o calendário foi aprovado por unanimidade. **7. Casos Emergentes:** Ana indicou que a questão era referente aos Afegãos em Guarulhos e outros casos recentes que a sociedade civil tenha interesse em trazer para a pauta. Andréia informou que a pauta foi solicitada pela Gabriela com relação às situações dos afegãos em Guarulhos e com venezuelanos. Matheus informou que essa era sua primeira reunião participando do CERMA e solicitou mais informações sobre os casos relatados nas reuniões passadas em que migrantes encontraram dificuldades em relação a documentos, apostilamentos e etc., pois é uma pauta que a Defensoria Pública poderia atuar de alguma forma. Danilo lembrou que também havia casos pendentes de haitianos e do argentino no IML. Ana informou que a questão da documentação foi trazida pela Rockmillys, que em uma reunião da Mesa Diretiva informou que a questão havia sido resolvida e que não houve novos casos — e em caso de acontecer novos casos, informaria ao Conselho. Rockmillys informou que estava solicitando documentação apostilada em alguns cartórios para poder

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

casar, mas depois da reunião, os cartórios pararam de solicitar e essas exigências não aconteceram mais — pelo menos dos venezuelanos. Marques informou que houve outro assassinato de um haitiano, mas dessa vez a família estava presente e foi orientada aos possíveis direitos, sendo indicado a eles procurarem a Defensoria Pública para sanar essas questões. A questão do haitiano de Ponta Grossa até hoje não tinha novas informações para solucionar o caso, mas o corpo poderá ser sepultado com aquele nome para caso os parentes sejam localizados possam fornecer todas as informações necessárias. Ana indicou que a questão do haitiano de Ponta Grossa foi tratado apenas na Mesa Diretiva, enquanto a plenária, havia sido tratado apenas a questão do argentino não identificado e, durante as tratativas deste caso, houve outro caso, o falecimento do haitiano em Curitiba em que o Marques foi ao IML verificar o caso. Marques destacou que quando acontecem mortes de haitianos umas das primeiras dificuldades é identificar por onde eles entraram no Brasil e a identificação de parentes, por exemplo, esse caso de Ponta Grossa que permaneceu vários meses no IML. Quanto ao argentino não identificado, a questão era que sua identidade estava no bolso, mas depois foi analisado o inquérito e foi verificado que eles tiveram que conduzir o corpo pelo leito do rio para não desintegrá-lo e seu corpo estava muito inchado e a documentação permaneceu sem o perito localizar, sendo uma falha que serão encontrados outros meios para fazer a revista nestes casos e adequar os procedimentos. Além disso, Marques indicou que estavam sendo feitas alterações no Boletim de Ocorrência para que no corpo do documento conste maiores informações que auxiliem na agilidade dos casos. Marques sugeriu que fosse elaborado algum tipo de documentação para ser encaminhado para a Corregedoria solicitando instruções normativas no sentido de aperfeiçoar esse trabalho, evitando situações como a deste jovem argentino. Danilo indicou seu receio quanto ao CERMA propor manuais/orientações em relação ao funcionamento de outras secretarias, mas que seria possível pela plenária ou comissões tentar acompanhar essas situações e identificar de que forma a atuação do Estado pode ser aprimorada quanto aos migrantes. Marques lembrou que estava sendo elaborada a Cartilha Unificada de Orientação e a idéia era disponibilizá-la em vários idiomas, mas primeiramente será lançada em Português e durante o tempo inserindo novos idiomas. Quanto às recomendações do CERMA à SESP, Marques destacou que seria recebido com muita naturalidade por serem agentes

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

ativos na questão migratória, pois melhoraria o trabalho, porque quem lida com essa população sabe das dificuldades e receios que eles sofrem em procurar os órgãos públicos. Ana informou que pela manhã foi tratado na comissão essa “Nota Técnica” a ser elaborada pelo CERMA em parceria com a SESP, portanto, sugeriu que fosse feita uma recomendação do CERMA à SESP. Além disso, durante a reunião da comissão foi citado que a recomendação não fosse somente a SESP, mas também ao DEPPEN, pois há um movimento de que o departamento saísse da SESP e voltasse para a SEJUF, sendo importante tratar de ambos. Danilo sugeriu que o documento fosse elaborado pela comissão e apresentado na plenária para aprovação na próxima reunião. Isabella indicou que o caso dos afegãos em Guarulhos estava sendo acompanhado tanto pelas agências da ONU, quanto as organizações da sociedade civil e a DPU, por isso, ao seu ver, não há muito o que o CERMA agir na questão, mas acredita que enquanto conselho, pode acompanhar os afegãos que estão vindo para o Paraná, sendo um público totalmente diferente dos acolhidos no passado — venezuelanos, haitianos e etc — que se faz necessário pensar qual a demanda que está vindo para o Estado do Paraná, como acolhê-las e outros mecanismos para integrar essa população. Especificamente ao caso de Guarulhos, Isabella sugeriu que fosse lançada uma nota no sentido de informar que o CERMA estava acompanhando a situação e se compadece com o que estava acontecendo, colocando-se à disposição para fazer algum tipo de movimento no Estado do Paraná. Ana informou que na sexta-feira (11), Kelly — representando o Secretário de Justiça — esteve em uma reunião com um grupo de São Paulo na qual a SEJUF se colocou à disposição para auxiliar na documentação, Assistência Social nos municípios que os migrantes escolherem sediar e na inserção no Mercado de Trabalho. Isabella indicou que a inserção laboral dessas pessoas acaba sendo muito difícil por conta do idioma, sendo necessário um levantamento ou acompanhamento com relação à qualidade do trabalho, pois muitas vezes acabam tendo que trabalhar em frigoríficos e outros empregos que de certa forma trazem alguns danos. Ana pontuou que sabe que trabalhar em frigoríficos não é exatamente o emprego que muitos deles buscam e existem consequências com relação a esse trabalho, mas considerando outras condições como o idioma, questões culturais e oportunidades na área — principalmente da carne halal — que eles se enquadram perfeitamente, pois há parcerias com grandes empresas em que

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

o Estado busca ao máximo minimizar a possibilidade de trabalhos análogos à escravidão, mas é claro que são trabalhos emergenciais, pontuais e temporários até eles se adaptarem à cultura brasileira e o idioma, para reabsorvidos pelo mercado de trabalho em outras áreas. Marcia reiterou que o CERMA deveria estar atento às questões trabalhistas dos migrantes, não podendo ter um tratamento diferenciado ao dado aos brasileiros, além de pensar na integração dessas pessoas, diálogos com as secretarias, possibilidade de cursos de idiomas e entender esses processos, inclusive trabalhistas no Brasil. Isabella reiterou a sugestão de fomentar cursos de idiomas, questões trabalhistas envolvidas e campanhas visando informar sobre o Tráfico de Pessoas. **8. Relato das Comissões: 8.1**

Comissão de Comunicação e Eventos: Danilo informou que não conseguiu participar da reunião da Comissão por estar em uma reunião extraordinária do Fórum, questionando assim, aos participantes da comissão, como poderiam ser feitas as reuniões a partir de agora. **8.2. Comissão de Denúncias e Garantia de Direitos:** Ana Felícia compartilhou o seguinte relato: “*COMISSÃO DE DENÚNCIAS E GARANTIA DE DIREITOS. Data: 17/11/2022. Coordenador: Rockmillys Basante Palomo. Relator: Ana Felícia Bodstein. CONSELHEIROS: Rockmillys Basante Palomo — Irmandade Sem Fronteiras; Lucas Henrique Pereira Duarte — Pastoral Carcerária; CONSELHEIROS Governamental: Ana Felícia Bodstein — SEJUF/DEJUDH; Helen Caron — SEJUF/DAS. RELATÓRIO. Data: 17/11/2022. 1º PROPOSIÇÃO: Realização das reuniões da comissão às 10h da manhã do dia previsto para a Reunião Plenária do CERMA – em havendo alteração da data da Plenária a reunião da comissão acompanha a mudança. Coordenação da Comissão pela Irmandade sem Fronteiras (Rockmillys) e relatoria da SEJUF/DEJUDH (Ana Felícia) PARECER: 2ª PROPOSIÇÃO: Criação de grupo de whats app temporário para tratar da elaboração de nota técnica/orientativa à SESP – reuniões específicas e distintas às da comissão Em primeira reunião do grupo de elaboração previsão de cronograma a ser apresentado ao CERMA em próxima plenária. PARECER: Elaboração de Recomendação à SESP cuja minuta deverá ser apresentada ao plenário em 15 de dezembro de 2022.”.*

Helen solicitou que a comissão fosse em outro horário, pois também faz parte da Comissão de Comunicação e Eventos. Danilo indicou que as comissões podem se organizar conforme a disponibilidade dos seus membros, sem problema algum. **8.3. Comissão de Gestão da Informação:** Não houve relato. **8.4. Comissão de**

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

Monitoramento de Políticas Públicas: Isabella relatou que há algumas questões, uma relacionada à comissão e duas outras discussões que são acompanhadas pela comissão, sobre a Polícia Federal junto com o Instituto de Políticas Públicas Migratórias e com relação ao GT de Alteração da Lei e do Regimento Interno. Em relação às vagas da Polícia Federal, Isabella lembrou que foi feito um longo diálogo para solicitar a presença da PF nas reuniões e conseguir a disponibilização de vagas para agendamento de atendimento de pessoas migrantes, porém, há 2 ou 3 semanas não tem nenhum agendamento — tendo uma vez 10 vagas de agendamento provindo do evento da OAB. Portanto, é uma situação muito chata por terem buscado essa ferramenta para agendamentos e as organizações não terem utilizado, atualmente são três organizações que participam, uma mais ativa com média de 1 agendamento por semana, questionando assim, se realmente vale a pena ter essa parceria por ter um ônus muito grande, de fechar uma agenda da Polícia Federal de 50 vagas e não utilizá-las, podendo ser melhor aproveitadas pelos migrantes. Marcia sugeriu que anteriormente a qualquer decisão, fosse dialogado com a Sociedade Civil os motivos de não estarem sendo utilizadas as vagas disponibilizadas pela Polícia Federal. Rockmilys informou que muitos dos agendamentos que estavam sendo realizados foram pagos pelos migrantes para supostos “gestores”, sendo urgente que seja feita essa reunião para acabar com essa venda ilegal por agendamentos que agora estavam fáceis de conseguir. Isabella acrescentou que as três organizações que resolveram aderir a essas 50 vagas façam o preenchimento delas, pois duvida que no último mês essas organizações não tenham feito agendamento de migrantes, sendo necessário dar uma prioridade a esse direcionamento dos agendamentos. Com relação a venda das vagas de agendamentos, Isabella sugeriu que sejam efetivamente disseminadas pelas lideranças migrantes que as informações de que as vagas não podem ser vendidas e podem ser facilmente acessadas por meio das organizações da sociedade civil. Lena questionou qual o prejuízo da PF na não realização do agendamento dessas 50 vagas, pois cortar a parceria nesse momento seria precipitado. Isabella respondeu que para a Polícia Federal não há prejuízo, mas sim, para os migrantes. Marcia indicou que a baixa demanda é uma falta de estratégia das instituições que atuam e não somente dos migrantes, pois o agendamento é feito pelas organizações porque é necessária uma vasta documentação que o migrante por si só não

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

consegue. Rockmillys solicitou que as demais organizações da sociedade civil auxiliem na disseminação de comunicados sobre os agendamentos na Polícia Federal e as vagas disponíveis gratuitamente. Isabella relatou que dois pontos foram levantados na comissão, o primeiro sobre a importância de se pensar em uma formação com relação à migração, onde a SEED se colocou à disposição para auxiliar em um minicurso sobre migração e pensar em uma ementa, tendo a comissão ficado responsável por isso e pensar em quem seriam os professores. O minicurso teria como objetivo apresentar o que é a migração, aspectos normativos, contexto histórico e aspectos do dia a dia com relação a revalidação de diplomas, voltado para a rede de educação. Uma sugestão trazida pela Isabella foi referente à urgência de se pensar na constituição de um GT de Monitoramento do Plano, isso porque, uma das questões trazidas durante a entrega do plano era a constituição desse GT justamente para que sejam pensados os indicadores e como se daria esse monitoramento. Quanto à composição, solicitou que as pessoas que participarem do GT tenham conhecimento acerca de Política Pública em seu aspecto estrutural e as pessoas que fizeram parte da elaboração do Plano Estadual. **8.5. GT de Alteração da Lei e do Regimento:** Isabella informou que foi a segunda reunião do GT, mas a primeira em que foi discutido alguns aspectos que já vinham sendo estudados como a possibilidade de flexibilização do tempo mínimo de CNPJ que atualmente exige 02 anos, tornar o conselho tripartite ou não, como funcionaria a participação de migrantes e demais pontos. Dentre todas as discussões, surgiram duas questões centrais e seus encaminhamentos, primeiramente, sobre manter o ritmo de estudo principalmente quanto aos artigos iniciais do Regimento Interno e da Lei porque são eles que vão tratar das competências e formato do conselho. O segundo ponto foi em relação à importância e necessidade de se fazer um mapeamento por parte da SEJUF, pois para tornar o conselho tripartite se faz necessário conhecer quem seriam as pessoas que fariam parte dele, visto que, houve grande dificuldade nas eleições passadas para preencher o número mínimo de candidatas. Para isso, seria feito um mapeamento pela SEJUF levantando todas as organizações da Sociedade Civil que representam migrantes, organizações, associações e coletivos que são formados por migrantes — independentemente de CNJP — pelo Estado do Paraná. Os encaminhamentos deste GT continuam como estudos no sentido de alteração da lei e do regimento interno para garantir a participação de

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

migrantes. Ana concordou com a relevância de um mapeamento porque aumenta a Rede de Apoio aos Migrantes e acesso aos direitos e que a CELEPAR pode auxiliar na elaboração do sistema de Banco de Dados, para isso, a manifestação expressa do CERMA quanto à criação desse banco de dados fortaleceria a solicitação do apoio necessário para sua realização. **6. Acolhida Paraná — OIM:** Ana Felícia indicou que esse ponto foi pautado porque recentemente houveram cerca de 1500 venezuelanos chegando ao Estado do Paraná — especificamente em Curitiba — e por isso, quis informar como estava sendo tratada essa chegada e as medidas tomadas no acolhimento. Portanto, Ana solicitou à OIM uma apresentação do cenário, tendo em vista que, é um programa da OIM em parceria com o Governo Federal. Em seguida, Eugênio agradeceu o convite se apresentou brevemente, ele que é Coordenador de Projetos da OIM Brasil e desde 2019 estava a frente na OIM com o trabalho de estratégias de interiorização juntamente ao ACNUR, Forças Armadas, Ministério da Cidadania e a Casa Civil nesse terceiro eixo da Operação Acolhida. Dando início à apresentação, Eugênio informou que a Operação Acolhida foi iniciada em Março de 2018 para atender o fluxo migratório venezuelano através do Estado de Roraima, que é um dos estados mais pobres da federação e os serviços entraram em colapso com o número excessivo de beneficiários venezuelanos que entraram no Brasil devido à crise econômica na Venezuela. A Operação Acolhida possui três eixos: Ordenamento de Fronteira; Acolhimento; Interiorização. Dentro do eixo da estratégia de interiorização, há o *deslocamento voluntário de migrantes e refugiados venezuelanos dos Estados do Norte do Brasil para outras regiões*, tendo Pacaraima, Boa Vista e Manaus — atualmente não existe a estratégia de interiorização por completo em Manaus —, mas somente os beneficiários do Estado de Roraima estão participando da interiorização. *A iniciativa é liderada pelo Governo Brasileiro, implementada com o suporte de gestão de apoio técnico e logística da OIM, entre outras agências da ONU, organizações da sociedade civil e atores locais.* As modalidades de interiorização são: *Institucional; Reunificação Familiar; Reunião Social; Vaga de Emprego Sinalizada.* A modalidade Institucional são beneficiários que estão vivendo em abrigos da Operação Acolhida ou em PRA's que ficam em Pacaraima e Boa Vista, sendo utilizados pelos beneficiários que estão buscando uma vaga nos abrigos, não possuem parentes em cidades brasileiras, não possuem amigos ou

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

alguém com laços familiares, não sendo elegível também as vagas de emprego oferecidas por diversas empresas. Portanto, esse beneficiário há a vaga institucional em que ele será interiorizado para algum parceiro que possui alguma casa de acolhida ou um centro de interiorização, recebendo todo o suporte por até 03 meses — moradia, alimentação e inserção na sociedade. A modalidade de Reunificação Familiar consiste no acolhimento do beneficiário por algum familiar — com comprovação documental — em outro município, tendo que esse familiar provar que consegue acolher e sustentar o beneficiário por até 03 meses para que ele possa ser integrado à sociedade. A modalidade Reunião Social consiste na acolhida por amigos próximos, parentes de terceiro grau, primos, afilhados e parentes sem comprovação documental — onde é feita uma entrevista com um questionário com mais de 30 perguntas para garantir uma interiorização bem-sucedida e sem danos aos beneficiários. A modalidade Vaga de Emprego Sinalizada é feita quando empresas disponibilizam vagas, fazem seleções, as entrevistas são feitas por videoconferência e presencialmente — onde as empresas vão até Roraima —, com a intermediação de um militar da Força Tarefa Logística Humanitária, a Operação acolhida fornece tradução, os formulários são em Português — por exigência da Lei —, mas há também em Espanhol para facilitar o entendimento e ao passar na vaga, o beneficiário recebe suporte para chegar até a unidade da empresa e iniciar sua nova vida através do emprego. Por fim, Eugênio apresentou um fluxo da interiorização em que, a Coordenação da Estratégia de Interiorização é o Governo Brasileira, ou seja, todas as decisões de documentação necessária, trâmites para autorização e aprovação dos vãos da interiorização é feita pelo Gov. Brasileiro através do Comitê Federal de Assistência Emergencial e o Subcomitê Federal para Interiorização. A implementação é feita pela Força Tarefa Logística Humanitária, Agências da ONU, Organizações da Sociedade Civil, Governo e parceiros locais (incluindo setor privado). Há três etapas: Preparação — Cadastro de Beneficiários, verificações de requisitos e documentação, escolha do modal de transporte, *Fitness for travel*, preparação de listas de embarque/compra de passagens; Deslocamento — Logística de embarque, viagem aérea ou terrestre, *hubs* de trânsito, *escort duty*; Chegada — Recepção das cidades de destino, abrigos temporários e atividades de integração local. Sobre o número de vãos que estavam chegando em Curitiba, Eugênio indicou que existe um convênio do Governo

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

Brasileiro com a Sideral Linhas Aéreas — com sede em São José dos Pinhais, onde foi feito um pregão com várias companhias aéreas e ela ofereceu o mesmo serviço com o menor valor, por isso, recebeu um cronograma de deslocamento para Operação Acolhida — São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Recife, Salvador, Brasília, Porto Alegre e Santa Catarina. Porém, esse número de vôos já foi ultrapassado e o contrato deve ser renovado em um novo pregão — com outra empresa ou a Sideral, quem levar — e hoje os voos estavam vindo para Curitiba porque o contrato estabelece isso, também pela Sede da Empresa ser em São José dos Pinhais, mas isso não necessariamente quer dizer que os beneficiários ficariam no Estado do Paraná, sendo o Paraná um estado estratégico por ficar entre o Sul e o Sudeste. Os Estados do Sul são os que mais atraem os refugiados e migrantes que estão em Roraima, principalmente por vagas de empregos sinalizadas, pois há grandes frigoríficos e são vagas que não estavam sendo ocupadas pela população local e precisam de mão de obra — foram mais de 3 mil pessoas somente em Outubro e em sua maioria para a Região Sul. Além disso, Eugênio informou que as listas de interiorização são acessíveis somente ao Subcomitê e que o município que mais acolhe migrantes e refugiados é o de Curitiba através da estratégia de interiorização. Marcia perguntou quem era responsável pelas articulações das vagas de trabalho, pois muitas vezes os migrantes trabalham alguns meses e acabam ficando desempregados, além disso, Márcia indagou como estava sendo visto o programa de interiorização em um novo governo em 2023. Eugênio respondeu que, basicamente, as empresas buscam a Operação Acolhida — cerca de 85% das vagas são as empresas que buscam — e existem todos os trâmites do Subcomitê e da CLT, a empresa fornece suas documentações e assina o contrato com a Operação Acolhida de que vai cumprir o previsto na CLT. A CLT prevê que após o término da experiência (90 dias) alguns funcionários seriam demitidos, por isso, a empresa se compromete a seguir a lei e as demissões são somente em casos de justa causa. Quanto ao monitoramento dos beneficiários na cidade destino, Eugênio indicou que os responsáveis são o Governo Federal, Estados e Municípios. Em relação ao futuro da Operação Acolhida, Eugênio respondeu que em sua opinião ela continuaria e vai mudar a liderança, além de um processo de desmilitarização da operação. Eduardo indicou que as empresas que oferecem as vagas para os beneficiários da Operação Acolhida na modalidade de Vagas

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

de Emprego Sinalizadas é específica do Exército Brasileiro, que busca o perfil solicitado pelas empresas, além disso, as empresas passam por um processo de verificação em questões de proteção, trabalho escravo e demais direitos dos trabalhadores. **9. Informes:** Danilo informou que o Fórum Nacional estava se estruturando e identificando as discussões em comum em todos os estados, aproveitando a transição do Governo Federal para alinhar algumas coisas que podem ser tratadas de uma melhor forma na execução da Política Pública de Migrantes, Refugiados e Apátridas. Márcia sugeriu que após o evento em Brasília seja elaborado um relato para informar ao pleno como tem sido a participação no Fórum Nacional — Danilo acrescentou que serviria até mesmo para prestar contas. Além disso, Márcia indicou que o Fórum Nacional, enquanto espaço legitimado de representações a nível de Estado, pensou na elaboração de um processo de incidência mais efetivo a esses grupos, como a sugestão de uma Carta para ser apresentada nas reuniões de articulações que seriam realizadas em Brasília. Danilo informou que a demora para entrega dos cartões corporativos ainda estava pendente, mas que estavam ‘correndo’ para resolver e que houve o empenho da Ana Felícia e Andrea para solicitar às secretarias maior participação no CERMA. Ana informou que vai tirar férias do dia 28 de Novembro ao dia 17 de Dezembro e por isso, não participaria da próxima reunião ordinária. **10. Encerramento:** Por fim, Danilo agradeceu a presença de todos e todas e encerrou a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná — CERMA/PR. A presente ata foi lavrada por Davi da Rosa e revisada por Andréia Maria Sanson Corat – Secretária Executiva – CERMA-PR.